

EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UM DESAFIO PARA AS COMUNIDADES TRADICIONAIS DE TERREIRO DAS REGIÕES METROPOLITANAS DE FLORIANÓPOLIS E PORTO ALEGRE.

Raquel do Erre de Jesus Fronteira
Orientador: Prof. Dr. Aluísio Gomes Lessa
Instituto Federal de Santa Catarina, Campus São José/SC, 2023.

Resumo: O artigo versa sobre a Educação Ambiental e o racismo que acomete as Comunidades Tradicionais de Terreiro (CTT) de Florianópolis/SC e de Porto Alegre/RS e suas respectivas regiões metropolitanas e como essas comunidades compreendem a importância da preservação do ambiente em que acontecem às suas práticas religiosas. No Brasil, Racismo Ambiental está relacionado a injustiças sociais e ambientais, sendo que, povos originários, comunidades tradicionais e a população negra são os mais afetados. A pesquisa explora como principais conceitos raça, racismo, racismo religioso e racismo ambiental. A amostra da pesquisa foi construída com recorte de gênero e raça, portanto as entrevistadas são mulheres e autodeclaradas negras. A análise dos dados foi realizada através do exame do conteúdo das entrevistas, entrevistas abertas e dos questionários com perguntas fechadas, através da metodologia quali-quantitativa. A pretensão inicial desta investigação foi de se fazer um primeiro levantamento para mapeamento sobre a relação das CTT com a EA e o racismo ambiental que as afeta. Se buscou saber o tempo de permanência nas regiões, se houve ao longo do tempo e porque a necessidade de mudança, condições sanitárias dos territórios, condições de acesso, índices de violência local, por exemplo. Os principais resultados encontrados foram: o consenso entre as mulheres sobre as dificuldades de liderar pelo fato de ser mulher, os enfrentamentos com o poder público e os ataques sofridos pela sociedade que violam seus corpos e espaços sagrados. Também se verificou o esbulho sofrido pelas CTT que são expulsas de suas terras originárias, seja pela especulação imobiliária ou pelo processo de higienização que sofrem os grandes centros. A pesquisa propõe às CTT dois eixos para se trabalhar EA através de uma abordagem crítica, antirracista e feminista.

Palavras chave: Educação Ambiental; Racismo Ambiental; Comunidades de Terreiro; Mulheres Negras.

INTRODUÇÃO

O artigo aqui apresentado faz parte dos requisitos para obtenção do título especialização em educação ambiental pelo Instituto Federal de Santa Catarina.

Entendemos que as CTT são espaços educativos e dentro delas é possível se pensar e aplicar a EA crítica, antirracista e feminista como meio preventivo e combativo aos efeitos dos racismos, logo, o objetivo geral da pesquisa foi compreender caminhos para se trabalhar essa EA nas CTT e verificar de que forma elas são afetadas pelo racismo ambiental nos locais onde estão inseridas geograficamente e seus efeitos nas práticas realizadas pelas pessoas adeptas dentro e fora das comunidades.

O recorte de gênero e racial, foi uma forma de se trabalhar o combate ao racismo e misoginia, e principalmente colaborar para a valorização, empoderamento, e autonomia do legado matriarcal que é próprio das religiões de matriz africana, logo, todas as participantes são mulheres e autodeclaradas negras.

O artigo foi submetido ao comitê de ética em pesquisa (CEP) por se tratar de pesquisa envolvendo seres humanos. Aprovado para realização das entrevistas e aplicação dos questionários pelo parecer número: 6.464.166.

Os procedimentos metodológicos adotados foram entrevistas com perguntas abertas com lalorixás e também a aplicação do questionário google forms, 08 mulheres responderam ao questionário fechado e outras 02 participaram das entrevistas, que foram registradas em diário de campo e por captura de áudio por dispositivo de aparelho celular.

A pedagogia das CTT é regidas pela sabedoria dos Orixás, que são a própria natureza; nesse sentido, em nenhum momento a pesquisa se colocou como protagonista. Adentramos o universo desta investigação com a licença de Exú Bará, Orixá dos caminhos, senhor do verbo, e sob a regência dos Orixás Xangô e Iansã, que representam justiça, verdade e transformação.

O artigo está estruturado nas seguintes seções: 1.1 Racismo, Racismo Religioso e Racismo Ambiental; 1.2 Racismo Religioso e Política de Morte; 1.3 Racismo Ambiental; 2. Análise dos dados coletados CTT; 3. Educação Ambiental Crítica, Antirracista e Feminista; E por fim, as considerações finais do artigo.

1. Revisão Bibliográfica e Fundamentação Teórica

1.1 Racismo, Racismo Religioso e Racismo Ambiental

“Não sou descendente de escravos. Eu descendo de seres humanos que foram escravizados.” Makota Valdina (Salvador, 2019).

Trouxemos a afirmação da Iyalorixá Makota Valdina para reafirmarmos que o sentido separatista de cunho racista não representa a população negra afro religiosa que participou desta pesquisa, mulheres negras de religião de matriz africana assumem seu papel na sociedade no sentido de colaborar, dentro e fora das comunidades para uma realidade mais igual e humanitária, o que se faz através da educação e da propagação dos saberes ancestrais confiados a elas.

A elaboração do termo “raça” tem e teve objetivo de manutenção de privilégios para alguns pelo sacrifício de outros. O racismo é “elemento fundamental” para “universalização do capital no sistema-mundo capitalista” que ainda estamos inseridos, por isso, “enquanto a colonialidade existir, [...] existirá o racismo”. O racismo é ideologia que justifica “a desigualdade e a discriminação praticada contra grupos sociais minoritários e não hegemônicos” (Costa, 2011, p.105).

O professor Sílvio Almeida, atual ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania do Brasil, ao escrever sobre racismo estrutural, aponta que o termo “raça” como distinção de categorias de seres humanos é produto da modernidade e que ganha força a partir do século XVI, e que “Por trás da raça sempre há contingência, conflito, poder e decisão. Assim, a história da raça ou das raças é a história da constituição política e econômica das sociedades contemporâneas” (Almeida, 2019).

Sob à luz dos ensinamentos do Professor Almeida, o racismo é sempre estrutural, o que para nós é a formulação mais acertada, leia-se:

“(…) o racismo é sempre estrutural, ou seja, de que ele é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade. Em suma, o que queremos explicitar é que o racismo é a manifestação normal de uma sociedade, e não um fenômeno patológico ou que expressa algum tipo de anormalidade. O racismo fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para a reprodução das formas de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea”. (Almeida, 2019).

Das modalidades do racismo: pode ser individual, institucional, ou cultural. É nessa última modalidade que estaremos voltando nosso olhar, para que daí se possa adentrar o universo da religiosidade afro ameríndia e seu enfrentamento aos

racismos (Costa, 2011).

Na modalidade cultural do racismo, a evidência está na discriminação através da religião, da língua, da música, na filosofia, nos valores, na estética, nas crenças, nas necessidades etc. e pode aparecer sob a forma de leis, eliminando a manifestação cultural, como a provisão de 1727 que proibiu o bilinguismo no Brasil ou as leis que proibiam as práticas religiosas afro-brasileiras e a capoeira, vigentes até meados do século XX. (Costa, 2011)

Segundo Almeida (2011, p.45), “é desse modo que o racismo passa da destruição das culturas e dos corpos com ela identificados para a domesticação de culturas e de corpos”.

1.2 Racismo Religioso e Políticas de Morte

O racismo religioso é uma forma de terrorismo, pois, revela um complexo sistema de tecnologias de violência para eliminação do outro (Almeida, 2021).

O racismo como ato de terrorismo, desvenda formas de violências interrelacionadas, que possui o racismo estrutural como presuposto estruturante das relações sociais, culturais, políticas e religiosas, desdobrando-se nos conceitos de: *necropolítica* (Mbembe, 2011), *colonialidade cosmogônica* (Walsh, 2009; 2012), *epistemicídio* (Carneiro, 2005), *cosmofobia* (Santos, 2015; 2020) e *carrego colonial* (Simas e Rufino, 2019). (Almeida, 2021).

Iremos nos alicerçar nos conceitos de necropolítica e epistemicídio, desenvolvidos por Mbembe e Sueli Carneiro respectivamente. Para Carneiro (2005), epistemicídio é:

“(...) para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso a educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da auto-estima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. (...) Por isso o epistemicídio fere de morte a racionalidade do subjugado ou a seqüestra, mutila a capacidade de aprender etc.” (Carneiro, 2005, p.97,).

Outro mecanismo racista que incide sobre as CTT é a chamada necropolítica. Segundo Mbembe (2018), a necropolítica é o processo pelo qual um determinado grupo social é submetido à violência mortífera e à exclusão social. Esse processo é guiado pelo racismo estrutural, ou seja, pelas desigualdades raciais que permeiam todas as esferas da sociedade. A necropolítica, como definida pelo autor

camaronês, é a ideia de que a vida cívica de um povo é moldada pelo poder de Estados e governos que distribuem a morte de maneira desigual. (Fernandes, 2022).

Almeida (2021), entende o racismo religioso como uma espacialização de um projeto necropolítico (Mbembe, 2011) e o necropoder enquanto um instrumento de base da gestão racista do espaço geográfico (Oliveira, 2017) e do espaço sagrado, que pressupõe a eliminação do outro e todas as suas formas de existência. Ou seja: uma política de morte material e simbólica. (Almeida, 2021, p. 4).

A desterritorialização acontece por ameaças de perda do território, processo que muitas vezes se dá nas favelas, por ameaça de massacres ou expulsão. “Esse contexto pode desencadear movimentos físicos no espaço causados pelo contexto de terror em situações de ameaças e mortes”. (Almeida, 2021, p.8).

No tocante à geografia do terror, a autora Adriani Lameira Theophilo de Almeida bebe dos saberes de Ulrich O'Slender (2008; 2018), e mostra como o racismo religioso define a espacialização dos terreiros. As diferentes imagens produzidas pela violência, considera-se também a ação da necropolítica, acabam por causar impressões aterrorizantes nas vítimas dessas violências, que chama de “espaços do medo”.

1.3 Racismo Ambiental

Emergiu na América resistência intelectual e cultural a essas perspectivas históricas de dominação quando a sociedade civil e povos originários e tradicionais passaram a reagir. “Afirmado-se com mais intensidade durante o século XX, em especial depois da Segunda Guerra Mundial, vinculada à luta por direitos civis e ao debate sobre a questão do desenvolvimento-subdesenvolvimento.” (Costa, 2011).

Surge na década de 70, entre os negros da América do Norte, o “movimento por justiça ambiental”, liderado por um padre, o movimento denunciava que *“era nos locais de moradia da população afrodescendente que se depositava o lixo tóxico produzido nos EUA. Chamaram isso de injustiça ambiental e fundaram o Movimento pela Justiça Ambiental”* (Costa, 2011, p.107).

No Brasil, a manifestação por justiça ambiental acontece em 2001 através da

constituição da Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA), porém, aqui, o movimento é inicialmente batizado como “injustiça ambiental” (Costa, 2011, p.108). **É nessa seara, da justiça ambiental e da territorialidade, que se incorporam pautas relevantes às CTT.**

“É nesse campo que se inserem os estudos relativos aos conflitos socioambientais e ao racismo ambiental envolvendo perda de território (entre outros danos) das populações e comunidades tradicionais, devido à instituição de unidades de conservação da natureza em áreas de uso tradicional” (Costa, 2011, p.109).

A questão territorial é demanda de grande interesse do Estado, e assim foi desde sempre, acontece que, suas artimanhas também se modificaram, ou seja, se globalizaram. Daí, o interesse travestido de novas formas de cuidado e preservação, onde na contemporaneidade surgem diversas leis limitando o uso dos espaços naturais em nome da preservação. Porém, essas limitações são baseadas ainda no modelo eurocêntrico, que separa e mata a relação das pessoas com a natureza. O Brasil segue tal padrão, no ano 2000 foi instituída a Lei 9.985/2000 que cria o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), sistema que abrange uma série de outros organismos ou unidades de proteção integral como parques e reservas biológicas, unidades de uso sustentável, reservas extrativistas. Entre os objetivos do SNUC está o de “proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente”.

Contudo, a realidade de como opera o sistema nesse sentido não é favorável aos Povos e Comunidades Tradicionais, lê-se:

no Brasil, a criação de unidades de conservação pela ação de governos implica, muitas vezes, a expulsão de povos tradicionais de suas terras (mais que isso, de seu território), agora transformadas em terras públicas para a preservação da natureza selvagem e da diversidade biológica a ela associada, gerando inúmeros conflitos, já que tais povos ficam impedidos de reproduzir seus modos tradicionais de vida. (Costa, 2011, p.111).

Para Ferreira (2017), a relação de pertencimento a estes territórios e recordações de vivências históricas e culturais foram totalmente ignoradas e os conflitos se tornaram cada vez mais comuns. Muitas eram as disputas ideológicas existentes no debate sobre as Unidades de Conservação e a presença dos povos e comunidades que viviam tradicionalmente nessas áreas cada vez mais disputadas,

sendo esses considerados muitas vezes como criminosos e invasores dos territórios no qual já viviam secularmente.

É nesse cenário que se intensificam os debates e enfrentamentos por justiça ambiental, onde a identificação do racismo e do racismo ambiental passam a ser discutidos pelos movimentos sociais, ambientalistas, comunidades de terreiro, quilombolas, indígenas, etc. O território é intrínseco ao povo de terreiro, é também “eixo temático de semelhança e união entre os diversos grupos de povos e comunidades tradicionais” (Santos, 2022) .

Por tudo isso, podemos afirmar que o racismo e seus desdobramentos são o principal agente da destituição do corpo-território dos povos originários e tradicionais.

O conceito corpo-território está ligado a luta das mulheres indígenas no Brasil e na América Latina, que relaciona o corpo individual de cada uma como parte do corpo coletivo, o que significa afirmar que não é possível isolar o corpo individual do corpo coletivo, nem o próprio corpo do território e de sua paisagem. (Chaves, 2021):

O corpo-território ilumina processos de espoliação, colocando em debate outras noções de posse que não a da propriedade individual. Essa noção aponta para uma existência sempre coletiva e para um transbordamento do corpo como corpo-território, entendido aqui como politização do corpo e como lugar concreto a partir do qual se enfrenta a vida nua e a espoliação. (Chaves, 2021)

Assim, Chaves e Souza, explicam que esta violação corpo-território “compõe processo central para expansão da acumulação através de projetos extrativos sobre os territórios de povos tradicionais e indígenas” (Chaves e Souza, 2018).

A morte dos povos tradicionais se dá por ‘gotejamento’, como bem destaca Juliana Pereira (2021). Elas não são planejadas para o imediato, como foi o genocídio em massa dos indígenas brasileiros e africanos, mas são de alguma forma arquitetadas para tal.

Neste sentido, recordamos o ocorrido no Quilombo¹ Pitanga dos Palmares da região metropolitana de Salvador/BA, que no dia 17/08/2023 sofreu com o brutal assassinato da matriarca Ialorixá Bernadete Pacífico. Ela foi morta a tiros, na presença de seus netos, dentro de sua casa no quilombo, que é alvo de disputa.

¹ <https://www.geledes.org.br/bernadete-pacifico-lider-quilombola-e-assassinada-a-tiros-na-bahia/>

Iyá Bernadete era uma ativista ferrenha, liderança presente em frentes locais e nacionais, e com abrangência internacional pela defesa dos interesses e direitos dos povos quilombolas e de terreiro, ela era coordenadora nacional da Conaq (Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos) e liderava o Quilombo Pitanga dos Palmares, em Simões Filho. Ela estava sob custódia do estado.

A área de cerca de 854 hectares foi caracterizada pelo Governo do Estado como local com “histórico complexo de disputas e conflitos fundiários” (Governo da Bahia, 2023).

O quilombo Pitanga dos Palmares² e sua história traduz a resistência e o medo que muitos outros quilombos e CTT sofrem em todo o país, o que nos leva a entender que a “geografia do terror” compõem de fato o aparato de tecnologias em desfavor da vida dos povos originários e das CTT.

Segundo o coordenador do Conaq “existe uma disputa por terra muito ferrenha da qual nós negros e negras, apesar de estarmos nos territórios há mais de 400 anos, foi negado a nós o direito à terra. Isso é fruto do racismo fundiário que existe no país e esse racismo é responsável por deixar pessoas longe da terra.” (Biko Rodrigues, 2023).

É evidente, nesse caso, o poder nefasto do racismo religioso e do racismo ambiental sofrido pela população do quilombo Pitanga dos Palmares, quando uma comunidade é atacada, todas são, quando uma pessoa de religião de matriz africana é morta um pouco de cada uma das que morrem também.

Nosso entendimento caminha na direção de que é no trabalho exercido pelas mulheres de terreiro, na luta pela preservação de suas comunidades, somados aos saberes ancestrais e da EA que a pesquisa buscou caminhos para articulação e criação de novas estratégias de resistência e de poder.

2. Análise dos dados coletados em Comunidades Tradicionais de Terreiro - CTT - das grandes Porto Alegre e Florianópolis

As CTTs que colaboraram para pesquisa estão localizadas no norte da ilha

2

<https://www.geledes.org.br/familiares-de-mae-bernadete-pacifico-deixam-quilombo-de-pitanga-dos-palmares-por-protecao/>

em Florianópolis/SC, na comunidade do Rio Vermelho; na região central de Florianópolis, na comunidade do Morro do Mocotó; no sul da ilha, na comunidade da Tapera; em Alvorada/RS na comunidade Tijuca; em Viamão/RS na comunidade São Lucas; e em Porto Alegre/RS na comunidade Lomba do Pinheiro.

A escolha das CTT aconteceu a partir do retorno delas ao convite para participar da pesquisa e para que respondessem ao questionário Google Forms, e também pela afinidade e parceria que existe entre os membros dos terreiros e seus representantes em associações, organizações das sociedade civil, fóruns, e coletivos, que reivindicam políticas públicas em prol das CTT e se empenham para manutenção e defesa dos seus direitos. O Rio Grande do Sul é o estado da federação que mais concentra adeptos das religiões de matriz africana, sendo a maioria das participantes da pesquisa pertencentes às raízes de suas nações (família religiosa) oriundas deste estado, o que também justifica a escolha das localidades.

Os critérios de escolha para as entrevistas envolveram o recorte de gênero e racial; que é uma forma de se trabalhar o combate ao racismo e a misoginia, e principalmente colaborar para a valorização, empoderamento, e autonomia do legado matriarcal que é próprio das religiões de matriz africana.

Além das entrevistas abertas com as lalorixás, foi disparado questionário com perguntas fechadas, tendo alternativas para as entrevistadas optarem, através do *google forms*. O recorte para o disparo dos questionários também foi de gênero, sendo o público alvo as mulheres negras pertencentes às CTT. Foram encaminhados 21 convites para participação na pesquisa, de onde se obteve 08 respostas, das quais serão analisadas.

Ao analisarmos os dados trazidos pelas mulheres em resposta ao questionário do *google forms*, e também pelos depoimentos trazidos nas entrevistas, vemos que o racismo religioso fica evidenciado quando da análise de décadas de usurpação, pela assombração da extrema miséria, do desemprego, da fome, que atinge na maioria as populações negras, periféricas, onde se tem maior concentração de CTT.

Para ilustrar essa realidade em números, demonstramos parte da pesquisa

de Nathália Fernandes que colheu dados da violência contra os terreiros durante a pandemia da COVID-19: “O Brasil registrou³, **em 2022, três queixas de intolerância religiosa por dia**; o total já chega a 545 no país (DATA do total). Os dados do Disque 100 mostram que o número de denúncias de intolerância contra religiões afro-brasileiras aumentou drasticamente desde 2019. **Em 2020⁴, houve um aumento de 1341% em relação ao ano anterior** e, em 2021, houve uma queda de 21%, mas ainda um aumento de 1135% em relação a 2019. Em 2022, o número de reclamações caiu 52%, mas ainda é 547% maior do que o total de 2019 (G1, 2022, online). **As denúncias de intolerância religiosa (categoria usada pelo serviço) recebidas pelo Disque 100 entre janeiro e junho de 2020, 2021 e 2022, informam um número total de casos de 498, 466 e 545, respectivamente.**

Em 2022, os estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Rio Grande do Sul, Ceará e Pernambuco foram os que apresentaram mais casos de intolerância religiosa no país. (Fernandes, 2022) (Grifo nosso).

“A intolerância religiosa no Brasil empreende uma luta contra os saberes de uma ancestralidade negra que vive nos ritos, na fala, nos mitos, na corporalidade e nas artes de sua descendência” (Nogueira, 2020).

“Quem tolera não respeita, não quer compreender, não quer conhecer.(...). “Tolerar” o que é diferente consiste, antes de qualquer coisa, em atribuir a “quem tolera” um poder sobre “o que se tolera”. (Nogueira, 2020).

Em certa medida, a tolerância religiosa não é diferente do “mito da democracia racial”, da “cordialidade brasileira”, do mito que diz que “somos todos iguais” e do mito que diz que “Deus é um só e somos todos filhos do mesmo Deus”. A própria tolerância nega todos estes mitos, pois, se de fato fôssemos todos iguais social, histórica, econômica e culturalmente, ninguém precisaria se tolerar. (Nogueira, 2020).

As CTT não querem ser toleradas, querem ser respeitadas.

As CTT têm como princípio a força e energia da natureza, seus elementos são a representação materializada de suas divindades, dos Orixás, o que justifica o compromisso e zelo com os territórios que ocupam e com a terra na sua magnitude, (...) podemos constatar que o candomblé do povo tradicional de terreiro não é só

³ <https://www.geledes.org.br/784-ja-foram-vitimas-de-intolerancia-religiosa-em-terreiros-mostra-pesquisa/>

⁴ <https://www.geledes.org.br/perdi-um-olho-por-intolerancia-religiosa-crime-atinge-mais-as-mulheres/>

uma religião, é um modo de vida desde sua origem e seus conhecimentos, a sua relação com a natureza, com o meio ambiente e as práticas religiosas no espaço público fazem que seus ensinamentos sejam considerados práticas pedagógicas de educação ambiental (Pinheiro, 2020).

De acordo com o Decreto 6040/2007, “os povos e comunidades tradicionais são definidos como grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos por tradição” (BRASIL, 2007).

As CTT no estado do Rio Grande do Sul e do estado de Santa Catarina são compostas por diferentes práticas religiosas não sendo restritas somente a uma única vertente, são terreiros de Umbanda, Quimbanda, Candomblé, e de Nação, ou que popularmente se nomeou de batuque, sendo heranças culturais da população negra territorializadas nesses estados. No Censo de 2010, realizado pelo IBGE, a média nacional de identificação de pertencimento ao segmento afro-religioso estava em 0,3% da população. O Rio Grande do Sul apareceu como o Estado com o índice mais elevado de indivíduos que se declararam pertencentes às religiões afro-brasileiras. (ORO, 2012, p.558)

“Desta feita, o Rio Grande do Sul também aparece como recordista nacional em números absolutos de indivíduos vinculados às religiões afro-brasileiras. De fato, são 157.599 indivíduos deste Estado, o que corresponde a 1,47% da população total, que reivindicaram o seu pertencimento religioso afro-brasileiro. Esta porcentagem sobe para 2,52% se tomarmos como referência a Região Metropolitana de Porto Alegre e para 3,35% se nos restringirmos somente a Porto Alegre. Ainda segundo o Censo 2010, a porcentagem de pertencimentos afro-religiosos no estado do Rio de Janeiro baixou para 0,89 e da Bahia subiu para 0,34%, igualando a São Paulo, constituindo-se, Bahia e São Paulo como sendo o segundo e o terceiro estados com maior representatividade afro-religiosa. (ORO, 2012, p.558)

Para essa pesquisa contamos com uma amostra qualitativa de dez CTT localizadas nos dois estados escolhidos para a investigação.

Referente ao questionário do *google forms*, foram 08 (oito) participantes, outras 02 participantes foram entrevistadas, sendo que todas elas receberam o convite via contato direto, por ligação telefônica e/ou via aplicativo whatsapp. Num universo de 21 convidadas, 11 não deram retorno, número que não fomos capazes

de averiguar o motivo.

Observa-se que metade das participantes, ou seja, 04 delas têm suas comunidades de terreiro localizadas na região metropolitana de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, as outras 04 são compostas por mulheres de terreiro de Florianópolis, Santa Catarina.

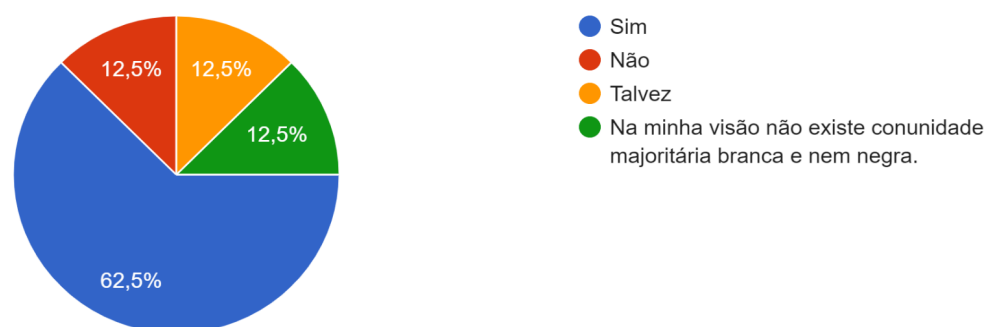
Todas elas autodeclaradas negras e ocupantes de cargos de liderança perante a comunidade na qual são pertencentes, ou seja, a maioria lalorixás, autoridade máxima dentro da religião de matriz africana.

Cada vertente ou nação tem suas próprias formas de educar e se desenvolver para que filhas e filhos de santo avancem no processo de evolução hierárquica, aqueles que cumprem todos os ritos são denominados “prontos”, o que quer dizer que a pessoa está apta a assumir sua própria casa (terreiro), ou não. Contudo, o fato de ser pronto (a) dá o status de liderança a essa pessoa perante a comunidade.

Ao responder sobre condições de existência e sobrevivência de seus terreiros, 05 das entrevistadas responderam que é mais difícil para elas manter as condições de existência e sobrevivência dos terreiros se comparados a outros grupos ou comunidades majoritariamente brancas.

Sobre as condições de existência e sobrevivência do seu terreiro, você entende que são mais difíceis do que de comunidades/grupos que reúnem pessoas majoritariamente brancas?

8 respostas



O que nos leva a compreender a incidência do racismo que afeta as mulheres em suas diversidades através dos fatores gênero, raça e classe. “Nos dias de hoje, a herança escravagista se desdobra no racismo, no sexismo e no colonialismo que

mantêm populações negras subalternizadas e alijadas no usufruto de condições dignas de vida”. (Jardim, 2022).

Quando questionadas sobre o tempo de fundação de suas comunidades, entre todas elas, a média é de mais de 20 anos. A mais nova identificada existe há 06 (seis) anos, e a mais antiga tem 75 (setenta e cinco) anos de fundação.

O que se caracteriza pela hereditariedade, geralmente são comunidades que foram fundadas por seus avós ou pais, contudo, a grande maioria já não está localizada onde originalmente foram fundadas, no caso de Porto Alegre, por exemplo, os dois terreiros mais antigos que participaram desta pesquisa sofreram expropriação, tendo que se deslocar da região central da capital para a região metropolitana e para regiões periféricas da cidade, o que é um dado histórico evidenciado na pesquisa de Tiago B. Rech (2012), ao dissertar sobre “Casas da religião de matriz africana em Porto Alegre: territorialidades étnicas e/ou culturais a partir da antiga colônia africana”.

Perguntou-se sobre a principal atividade desenvolvida pelas mulheres nas respectivas comunidades, o que resultou na maioria das respostas demonstrando que o papel desempenhado por elas é de fato de liderança, num sentido de gestão, coordenação e orientação da comunidade de modo geral. Foram apontadas as seguintes respostas, nessa ordem:

A 1ª disse que “todos os trabalhos entendidos como serviços domésticos ficam sob a responsabilidade das mulheres na casa. Também é feito o planejamento e organização das atividades religiosas e o atendimento ao público externo”;

A 2ª a responder o questionário relatou “atendimento terapêutico, atendimento sócio-político com famílias de baixa renda, mulheres em vulnerabilidade social, atividades ambientais, entre outras”;

A 3ª se limitou respondendo “ajuda espiritual”, nem todas costumam especificar o que acontece nos seus terreiros, é uma forma de proteger o espaço;

A 4ª resposta trouxe que “nossa comunidade é baseada no matriarcado, então todas as atividades que um Terreiro dispõe são feitas, pensadas e produzidas por mulheres. O único lugar litúrgico que é desempenhado por homens é o corpo de Ogans e este ainda leva a orientação de mulheres. Sejam questões culturais, sociais ou políticas, nós respondemos pelo Terreiro”;

A 5ª resposta foi “Religiosa”;

A 6ª resposta manifestou “enquanto colaboradora vejo várias atividades sendo desenvolvidas no Terreiro. No entanto, nenhuma destinada especificamente ao grupo feminino”;

Na 7ª “assistência aos consulentes, distribuição de alimentos e roupas aos moradores de rua, umbanda na rua (projeto que objetiva disseminar a cultura de matriz africana)”;

Por fim, “Oficinas de percussão”.

Em seguida, a provocação foi para que apontassem seus maiores desafios enquanto liderança, e para nos responder se elas entendem que os desafios são maiores quando a liderança é feminina. Elas manifestaram, na mesma ordem das respostas anteriores, que:

“O machismo é o nosso maior inimigo”;

“Sim, os desafios são bem maiores. Falta de apoio do poder público é outra carência”;

“Registrar o ILÊ. sendo comando feminino acredito ter os mesmos problemas”;

“Eu não posso dizer que não porque sei que eles existem e que em alguns momentos eu percebo as posturas de quem não está acostumado a ser liderado por uma mulher. Várias pessoas saíram inclusive e creio que é por causa disso. Porém antes de mim veio uma mulher muito forte que é a minha mãe e que condicionou muito bem a posição das mulheres aqui. Nós aprendemos a sermos incisivas também. Infelizmente talvez isso não seja da natureza de muitas, mas a nossa acabou se forjando assim. Hoje a maioria do Terreiro é composta por mulheres. Talvez hoje o desafio seja deles em não conseguir e a única alternativa seja sair”;

“Não me vejo na condição expressamente de líder. O maior desafio está no alinhar pensamentos, conhecimentos e condutas. Não existe desafio maior nem menor”;

“Enquanto colaboradora percebo que o maior desafio da liderança da minha casa é manter o Terreiro em espaço doméstico sem ser incomodada com pedras durante os rituais, polícia etc. Infelizmente o Sistema não enxerga as mulheres.

Então sim os desafios são maiores”;

“Acredito que nossa casa (...) tem por maior desafio o respeito e direito ao nosso ritual”;

“Comunidade passando fome, violência”.

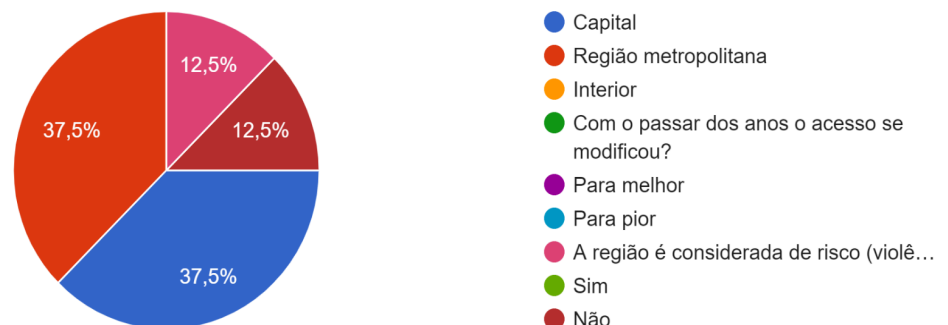
Vê-se nas respostas o quanto as mulheres estão empenhadas na defesa e cuidados das comunidades que representam ainda que sejam constantemente atacadas por isso. Elas relatam dificuldades pelo fato de serem mulheres, reconhecem que por seus territórios serem compostos por maioria de pessoas negras, os enfrentamentos também são maiores, encontram dificuldades para regularizar os terreiros, são atacadas física e moralmente. Nesse sentido, o racismo coloca essas pessoas num lugar de usurpadoras, como se elas estivessem causando mal social, como se a razão de suas existências e modos de vida agredisse o status social que não deseja o convívio com elas e suas práticas.

Quando questionadas sobre o acesso aos terreiros, 02 delas responderam que se sentem vulnerável em relação a localização geográfica da CTT que pertence, outras 02 declararam que essa vulnerabilidade existe para algumas pessoas, e 04 delas declararam ser região de fácil acesso.

Sobre a localização das CTT, além de se descobrir que 03 estão na capital e 03 na região metropolitana, também restou acusado por 01 delas que são regiões consideradas de risco (violência), outra declarou que não.

Onde se localiza a Comunidade:

8 respostas



O fato das regiões metropolitanas concentrarem grande número de terreiros,

seja no estado do Rio Grande do Sul ou em Santa Catarina, o que demonstra o conflito socioambiental existente, pois, os grandes centros tendem a higienização das paisagens, reservam os melhores acessos a grandes empreendimentos, por exemplo, o que resulta na expulsão das populações e comunidades tradicionais para zonas de margem periféricas, o que implica no racismo ambiental propriamente dito.

No Brasil, o Racismo Ambiental diz respeito “às injustiças sociais e ambientais que recaem de forma desproporcional sobre etnias vulnerabilizadas” (Herculano; Pacheco, 2006, p. 25) (Costa, 2011).

Santos (2022), enfatiza que o racismo ambiental se refere a um tipo de desigualdade e de injustiça ambiental muito específico que recai sobre negros urbanos, ribeirinhos, extrativistas, geraizeiros, pescadores, pantaneiros, caiçaras, vazanteiros, ciganos, índios, pomeranos, comunidades de terreiros, faxinais, quilombolas e etc. (Santos, p. 105, 2022).

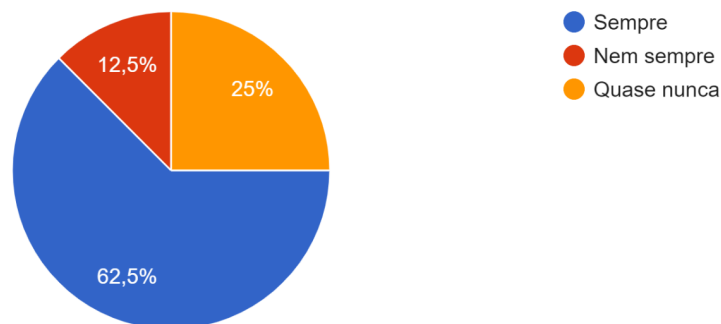
Ao serem questionadas sobre a estrutura física do terreiro, se esta atende integralmente a necessidade do grupo, 05 responderam que nem sempre são atendidas, 03 delas entende que sim, que são sempre atendidas as necessidades da comunidade no que tange a estrutura.

Quando interpeladas sobre o fornecimento e abastecimento de luz e água, todas as participantes responderam que sim, é regular. Contudo, 02 declararam que costuma faltar luz, outras 02 também declaram que costuma faltar água.

Perguntando sobre o lixo, 100% das mulheres responderam que a coleta de lixo é regular, ou seja, todas às 08 participantes. 05 delas responderam que desenvolvem práticas de separação e cuidados com o lixo, 01 disse que nem sempre o fazem, e 02 afirmaram que quase nunca desenvolver prática de separação e cuidados com o destino do lixo produzido no terreiro.

A Comunidade desenvolve práticas de separação e cuidados com o lixo?

8 respostas

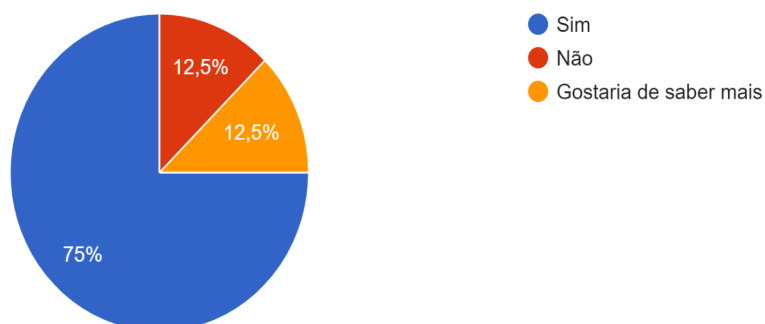


Importante observar que a cultura machista sobre afazeres domésticos e cuidados com a casa são de responsabilidade das mulheres, o fato de nem todas, nem sempre ou quase nunca conseguirem desenvolver práticas de cuidado com o lixo também está atrelado ao universo de responsabilidades atribuídos a elas.

Perguntamos se existe interesse da parte delas para se falar em Educação Ambiental nas CTT, e se é de interesse o desenvolvimento de oficinas para tratar dos temas Educação Ambiental e Racismo Ambiental, todas elas demonstraram interesse em falar sobre educação ambiental, 06 delas tem interesse em atividade sobre educação ambiental e racismo ambiental, 01 gostaria de saber mais sobre os assuntos, e a outra disse não ter interesse.

Você gostaria de desenvolver conosco uma oficina com as mulheres do grupo para tratar dos temas "educação ambiental e racismo ambiental"?

8 respostas



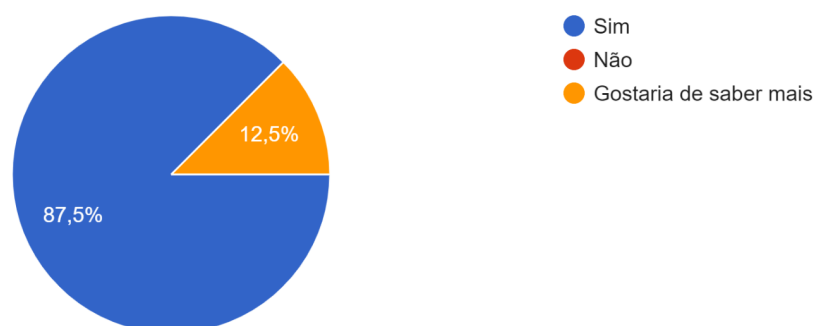
Quando proposta a realização de atividades para se trabalhar educação

ambiental e racismo ambiental, a maioria das mulheres como vimos no gráfico, afirma interesse, visto que, esse interesse vai além da simples colaboração com a pesquisa para adentrar a realidade da necessidade de uma ação que nem sempre é possível ser realizada por essas mulheres.

Por fim, a provocação foi no sentido de saber se elas entendem a estrutura do estado como racista, 07 delas entendem que sim, que é uma estrutura racista, 01 delas gostaria de saber mais sobre o assunto.

Você concorda que a estrutura do Estado é racista?

8 respostas



O racismo é um mecanismo que para além da sua conceituação ele é sentido, por mais que as pessoas não dominem seu conceito elas são capazes de relatar como são afetadas por ele, essas mulheres enfrentam o racismo pelo lugar que ocupam enquanto lideranças de terreiro e por serem mulheres negras.

O advento da Constituição Federal de 1988, não foi o suficiente para que os afrodescendentes conseguissem se apossar de bens como terras e propriedades, por exemplo. O estado se configura pela manutenção do capital, pelo que mais rende, e quem melhor paga é quem detém o privilégio territorial. Logo, a expulsão das populações tradicionais dos seus territórios de origem, o que se constata na história da região central de Porto Alegre/RS, às margens do Rio Guaíba, como em outras cidades de porto no nosso país que com o crescimento dos mercados foi dando lugar ao sistema capitalista e privando povos originários e populações tradicionais de seu uso.

Esse fato é representado na memória dos moradores remanescentes da Antiga Colônia Africana, que, trazem o cotidiano de sua vivência. Nessa lembrança, aparece o surgimento de empresas que se instalam na região e que promovem,

também, a compra de diversos lotes de terras dos moradores. (Rech, 2012).

Nos detivemos a entrevista com duas lalorixás, que no caso, são as duas participantes mais velhas a cooperar com a pesquisa, coincidentemente ambas têm histórico familiar de perda das terras onde nasceram, a região conhecida como Areal da Baronesa, reduto negro que ganhou forças na década de 40 com a presença de casas de religião de matriz africana - Batuque, rodas de samba, blocos de carnaval, musicalidade e cultura próprias, hoje chamada de cidade baixa no centro histórico de Porto Alegre.

Inicialmente foi criado um roteiro para as entrevistas, nos detivemos a 04 principais eixos: apresentação, para identificação da entrevistada e do terreiro em si, como apontamento sobre a nação (família de santo), tempo de atuação, e orixá regente; o segundo eixo busca entender o território, onde contam a história do terreiro, os problemas enfrentados e ações de enfrentamento; no terceiro eixo falamos sobre Educação Ambiental e Racismo, a importância dessa ciência nas CTT, como se articulam para preservação e para se protegerem do racismo; No quarto e último eixo da entrevista solicitamos que elas falassem sobre o papel da mulher na CTT, sobre a atuação enquanto liderança e das lutas para manutenção da saúde e proteção do corpo-território.

Contudo, dadas as necessidades de cada uma delas, na primeira entrevista, a fim de atender o pedido feito pela lalorixá, as perguntas foram lidas a pedido dela de uma só vez, em seguida ela passou a responder conforme sua compreensão das perguntas. Os dados foram coletados através de diário de campo e também por captura de voz com gravação através de dispositivo de telefone celular.

A entrevistada é uma senhora de 71 anos de idade, com deficiência severa de baixa visão e que em 2019 sofreu AVC (acidente vascular cerebral), é filha de Xangô, com 63 anos de iniciação, pertencente a bacia Nação Jêje Ijexá, neta do falecido Tureba de Ogum

Iniciamos a conversa falando sobre a estrutura do terreiro, nos foi relatado que as paredes eram removidas nos dias de 'obrigação', e que "no início era um pequeno chalé, o terreno era comprido, grandão, e a água vinha lá da frente, se pegava de um vizinho, com latas de óleo, lata de banha, essas coisas, pra depenação se montavam barracas, era tudo ali, cozinhavam no chão. No fundo do

terreno, cabritos pastavam, ovelha, carneiro, era um terreno até bem bonito, ele era todo plantado com margaridas”.

“Na casa dela a cerca era todinha com lágrimas de nossa senhora, tinha plantado lá os enfeites das festas, aspargos, copo de leite, hortênsias, tudo era colhido por ali mesmo”, relembrou com carinho o terreiro no qual fora iniciada.

Relatou que “sente saudade das obrigações tocadas com significado, de tudo que era feito em casa, dentro do terreiro, nada vinha de fora, os alimentos, paramentas, roupas, tudo”.

Ao perguntar sobre a alimentação no terreiro: “todo mundo comia! Era comida, era isso e aquilo, tu chegava lá para ser atendida, primeiro ela ia fazer tu comer alguma coisa, ela não queria saber se tinha ou não tinha, o pouco que tinha ela dividia. Então é prova que ela quando tinha algum dinheiro para obrigação precisava dar para alguém guardar porque se não ela gastava tudo com os outros”. O terreiro foi fundado no antigo bairro São Luiz, hoje Jardim Botânico, região nobre de Porto Alegre, que resiste há 62 anos. A lalorixá relatou que a região é de luta permanente, que chamavam muito a polícia quando elas estavam em obrigação. Que fizeram um edifício ao lado e as pessoas do prédio jogavam pedras, tijolos, água, chamavam a polícia, “aí se tinha que explicar aos policiais que tinha licença tudo certinho”. Foi se tornando um bairro de classe mais alta, muitas pessoas que iam lá jogar, consultavam aos búzios e cartas, se sentiam incomodadas com o que acontecia.

“Essas coisas de antigamente que a gente passou tudo era tratado com muito carinho, o avô de santo cozinhava nas latas, galinhas fritas, assadas, enfarofadas, todas e todos comiam muito bem, inclusive quem era de fora”. Aqui ela se refere a comunidade do entorno, principalmente aos de regiões mais pobres que também procuravam o terreiro para o alívio da fome.

Falamos sobre o lixo e outros resíduos produzidos pelo terreiro: “*eu acho que a natureza tem que ser preservada, coisa que eu sempre achei errado, vai largar uma oferenda, ‘o santo não come vidro de perfume’*, por exemplo, nós fizemos aqui em casa, se eu vou fazer um amalá, fórro a gamela todinha com folha de bananeira, boto ali em cima, boto na frente, levo até a praia e puxo, só o alimento, a mesma gamela trago e serve pra outro amalá, pra preservar as coisas”.

O tabuleiro de lemanjá também sofreu alguma modificação em função da

preservação do meio ambiente e das águas, foi construído um tabuleiro de madeira com a simbologia de todos os orixás, sobre ele era colocado uma toalha branca com os orgânicos para o ritual a lemanjá, a toalha e o tabuleiro passaram a ser recolhidos para novo uso.

Ao perguntar e pedir que fosse relatado sobre a liderança das mulheres na comunidade, ela nos conta que: “No que eu podia ajudar eu ajudava, quando as pessoas iam fazer obrigação, não contratavam tamboreiro, o Babá tocava e eu mesma tirava os axés [cantos aos Orixás], outras mulheres da casa cozinhavam nas obrigações, aquele núcleo de mulher que ficou, cada uma pegava uma parte e era responsabilizada por aquilo, não havia disputa, não havia briga, não havia nada, uns ajudando os outros”.

Em 2020 o Babá que estava a frente do terreiro faleceu, pai de santo da entrevistada, ela pouco tempo antes havia tido um AVC, por isso, sua casa não está realizando atividades públicas, não é aposentada, e como já foi relatado tem baixa visão de nascença, o que configura vulnerabilidade e necessidade de recorrer ao estado para manutenção da sua dignidade.

Ao ser convidada a colocar algo que considere importante para a entrevista ela coloca que: “tudo tem seu local (...) eu acho que tu pode fazer tua oferenda, tu seguir teu ritual, mas com consciência”

Atualmente a entrevistada reside na zona leste da capital gaúcha, nos explicou que morava no Jardim Botânico também, que “era um terreno muito grandão”, que tinham outras casas de aluguel, relata que a RBS comprou onde a família dela morava e que “não tinha pacote certo” contra aquele fato, ou seja, eles não poderiam cobrir oferta ou resistir à especulação imobiliária que se dava na região. Hoje ela vive na Lomba do Pinheiro, transformou um pequeno cômodo da casa em seu quarto de santo, local que passa a ser porto seguro também aos orixás de suas irmãs. Ela encerra dizendo que quer saber resultados da pesquisa, que sabe o quanto é importante se falar em educação ambiental dentro do terreiro.

A segunda entrevista aconteceu na região metropolitana de Porto Alegre, na cidade de Alvorada, nossa entrevistada inicia se apresentando e dizendo que é mãe de 07 (sete) filhos biológicos, que nasceu em Porto Alegre, mas que reside na comunidade Tijuca de Alvorada e que o terreiro está há 70 anos no mesmo lugar,

nasceu no bairro Menino Deus, no Areal da Baronesa, que segunda ela “era um bairro boêmio, tradicional de festas, de alegrias, de terreiros”. Explica que sua raiz religiosa vem da avó, Isaura de Oyá, que esta era muito importante na vida de muitas pessoas, em especial da comunidade. Que sua avó era uma mulher muito forte, decidida, que cobrava dos filhos e dava seu melhor ao fazer religião, que foi nesse terreiro que sua mãe se iniciou. Contou que sua mãe depois da quinta gravidez passou a ter uma série de abortos espontâneos, e que seu pai, frequentador da Umbanda a levou para consultar, ela resistia a iniciação, ainda que fosse herdeira de matriz africana, a entrevistada nos contou que foi na umbanda que ela teve as orientações necessárias para aquela situação e que depois daí sua mãe assumiu a família religiosa. Ao ser convidada para falar algo mais que entendesse importante, ela disse que “conversando com as pessoas eu passei a entender a importância e o valor que tem essa casa, esse lugar. Essa casa já passou, tantas pessoas já passaram por aqui visitaram, umas ficaram outras só passaram e seguiram seu caminho, e muitas coisas bonitas, tantos momentos bonitos e fortes aqui, aqui onde nós estamos. É uma casa bem simples, com vivências bonitas, hoje eu vejo isso como uma tal importância ao enfrentamento pelo que se vive hoje, uma fase tão difícil de dificuldades, de relação entre as pessoas, dificuldade de lidar com as pessoas e com o compromisso religioso, de lidar com respeito, com todo respeito que a nossa religião merece. Tudo era feito com muito amor, amor, amor, respeito, e hoje não é mais assim, e essa aqui viveu isso, essa casa viveu tudo isso, tudo era com amor, uma folha verde que fosse se tocar pedia licença, se pedia agô, aquela folha tem um dono. Então pensando assim, eu vejo hoje, hoje a importância desse lugar, a importância dessa casa, esse lugar meu pai escolheu quando aquele pessoal todo, que o Areal da Baronesa era um quilombo né, então aquele pessoal do quilombo tava sendo retirado jogado pra qualquer lugar né, e meu pai já tinha escolhido porque quando diziam que aquele pessoal todo, aquela negrada toda vai sair daqui, essa negrada vai procurar seus cantos, seus matos, ele foi se adiantando e comprou esse lugar aqui né”. Ela se refere ao local da entrevista, terreiro e ONG fundados pelos seus pais e a ONG por ela e uma das filhas, nos relatou que quando chegaram na região era somente mata nativa, que não tinha nada, nem ônibus, saneamento, nada. Quando se mudaram seu pai precisou abrir caminho para a entrada do caminhão da mudança, “que vinha dali, daquele cruzeiro grande,

principal, importante, minha avó de santo cortou pra Lodê e Avagã (Orixás) mostrando pra eles o caminho”.

Falando sobre a liderança e herança deixadas por essas mulheres, numa comunidade que passou pelo comando de sua bisavó, por sua mãe, e hoje está com ela, se pode ouvir sobre a admiração e cuidado mantidos pela nossa entrevistada, “a minha é bem curtinha”, disse ela sobre a liderança, “minha mãe continua liderando até hoje, até hoje, essa casa tem o nome dela, esse trabalho que a gente vem tentando desenvolver leva o nome dela, eu acha que é mais do que justo e merecido, não poderia ser diferente, ela quem trabalhou muito, construiu esse lugar também, fazia um pouco, um pouco bastante do que se faz hoje, naquele tempo não tinha esse nome trabalho social né, enfim eles queriam doar isso aqui pra uma criança, eles faziam, os dois, ela e meu pai. Os dois eram analfabetos, não sabiam ler nem escrever mas se eles viam alguma coisa, um brinco, um brinquedo de madeira, alguma coisa, então no início do ano ele comprava nos ‘armarinhos’, que não era mercado, era armarinho, e iam guardando pra quando chegasse o natal ele ter bastante coisas pra dar, e a minha mãe fazia doces, doces em calda, tudo era colhido daqui, frutas legumes, isso já era um trabalho para agradar a comunidade, querer cuidar. Hoje é trabalho social mas eu continuo vendo como o que ela fazia, com vontade de agradar, hoje os recursos são até mais difíceis eu acho, pra se fazer isso, pra tirar da terra muito mais”.

A casa foi construída na década de 50, sua mãe era lavadeira das famílias tradicionais do Passo do Feijó, conhecida hoje como região de Alvorada. “Eu estudava e entregava essas roupas pra essas famílias. No quilombo ela também lavava pra famílias do Praia de Belas, no Guaíba, ela e um monte de mulheres com as trouxas na cabeça, carregavam aquelas trouxas que não caiam nem nada”.

Pedimos para que falasse um pouco sobre esse histórico de trabalho e atividades que alimentam a comunidade, a continuidade das ações de seus pais em prol da comunidade do entorno se perpetua com o trabalho dela e de uma de suas filhas.

“O trabalho das marmitas iniciou quando a gente começou a fazer sopa em 2009, 2010, 11 e 12. No início a gente comprava, às vezes eu saía de carrinho nas fruteiras, nos mercados, mas era difícil, coisas que não dava pra aproveitar, tinha

que ser jogado fora, mas eu sempre buscando, sempre falando com alguém, olha eu preciso enfim o trabalho tem que continuar, nós fazia fogo na rua e ali fazíamos a sopa. Passou-se um tempo foi bem difícil, bem difícil mesmo conseguir alimentos para continuar e eu bem chateada com aquilo ali, eu vou ter parar, eu não quero parar, eu preciso continuar fazendo isso, preciso, preciso muito, conversei com o Orixá porque não pode sua filha querendo fazer o trabalho e não tendo alimento dentro de casa. Nesse tempo eu conheci um senhor que foi muito importante na minha vida em relação a esse trabalho, que é um Mestre Griô (ansião), hoje ele mora no Rio de Janeiro, e conversando muito ele também fazia um trabalho parecido e voltado para cultura, ele foi me dando orientações sobre tudo, como podia continuar, ele dizia assim ‘ a senhora não se afoba muito, vai devagar que tudo vai dar certo, vai lentamente que vai dar certo’. E foi indo, ele firmou contrato com CEASA, toda semana se buscava pelo cadastro da ONG que ele era presidente uma quantidade de alimentos, depois ele mudou-se para o RJ, e se perdeu esse cadastro. Mas aí eu já tinha mais vontade de continuar, mesmo que tivessem dificuldades eu sabia que se eu quero fazer eu vou fazer e tirava do bolso, fazia vaquinha, sei lá. E aquela comida que vinha da CEASA eu selecionava o que dava para usar, lavava tudo bem lavado, organizava em sacolinhas, eu ia na sexta feira e no sábado pela madrugada o pessoal já tava aqui e pegava a sacolinha, frutas verduras e tal, aquilo se mantinha até a outra semana. Mas aí as pessoas se perdeu um pouco e não entendeu o propósito da doação, alguns vendiam, daí resolvi usar as mesmas coisas e fazer a comida, daí nasceu o trabalho das marmitas”.

Em seguida conversamos sobre as problemáticas relacionadas ao meio ambiente, o quanto o território e seu entorno têm sido afetados pelos dilúvios, pelas concentrações de lixo em saídas de esgoto e valas, onde nossa entrevistada manifestou entender válida a prática da Educação Ambiental na sua Comunidade de Terreiro. Para encerrar a entrevista foi feito pedido para que ela deixasse suas considerações finais, que colaborou ao dizer:

“Eu penso que é de toda importância se trabalhar a tolerância, a educação, o carinho, dar carinho a essas pessoas que aqui vem independente de quem seja, o respeito sabe, muito respeito, acolher, acolhimento com todo esse compromisso que se tem com as pessoas.”

Ao se fazer um contraponto entre as respostas dos questionários do google forms e as entrevistas com as duas lalorixás entrevistadas, observamos nos relatos o quanto são próximos, e o quanto estão relacionados com a realidade do que foi apontado pelas mais novas. Existe uma evidente relação dos enfrentamentos do dia-a-dia das CTTs nas duas regiões metropolitanas, ou seja, em Florianópolis ou em Porto Alegre, os Terreiros sofrem os mesmos dilemas.

Existe uma fidelidade nas informações, cada uma das entrevistadas, trazendo sua própria experiência, e de sua família religiosa, a seu modo, acabou por indicar problemas semelhantes, expuseram o esbulho sofrido, sobre as perseguições e ataques aos terreiros, o que comprova o apontamento de que as Comunidades e Povos Tradicionais têm mutiladas sua relação de pertencimento e recordações de vivências históricas e culturais em função desses conflitos (Ferreira, 2017).

Sobre a apresentação dos resultados, o enfrentamento para liderar pelo fato de ser uma mulher à frente das CTT, foi outro problema em comum apresentado. A expulsão territorial e o desempenho da liderança feminina é ponto chave para a resistência e reexistência dos terreiros, dado o poder de articulação e preservação dos saberes ancestrais guardados e compartilhados por elas.

As entrevistas nos dão respaldo suficiente para lançarmos a ideia da aplicação de estratégias através da Educação Ambiental, nessas CTTs, que certamente tendem a se beneficiar num sentido de autodefesa e cuidado do corpo-território da Comunidade de Terreiro e seu entorno.

3 Educação Ambiental Crítica, Antirracista e Feminista

O Brasil é o único país da América Latina que possui lei específica sobre Educação Ambiental - a Lei 9.795, de 27 de abril, de 1999: Lei da Educação Ambiental, onde o Art. 2º diz: *“A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal”* (BRASIL, 1999).

Reigota leciona sobre a nova geração de pensadoras e pensadores brasileiros em educação ambiental, trazendo que a educação ambiental brasileira

surge com os movimentos sociais da década de 70, que foi ainda influenciada pela luta política contra a ditadura militar (1964-1984) e pelo pensamento pedagógico de Paulo Freire (Reigota, 2009). Afirma que:

É nesse contexto político de intensos debates que a educação ambiental brasileira inicia um percurso singular, próxima de uma “outra esquerda”, menos dogmática e totalitária, que incluía nos seus discursos e propostas a ecologia, o feminismo, a liberdade sexual, os direitos das minorias, a autonomia e a participação direta dos cidadãos e cidadãs.

Esta seção final do artigo está baseada na proposta de um olhar para a Educação Ambiental que permeia a constituição do Estado, os direitos humanos, a expropriação e o racismo fundiário, por isso, uma EA crítica, antirracista e feminista, que vem carregada com a ideia de ser colaborativa, proporcionando às pessoas através dos processos de educação uma transformação dos saberes e das experiências de forma compartilhada. Para Freire, o processo educativo se dá em conjunto, na coletividade e na interlocução com o(s)/a(as) outro(s)/a(s); os seres humanos não se educam sozinhos, mas na sua interação com o mundo, conscientizando-se e construindo um olhar crítico. (Pinheiro, 2020).

Pensar EA nas CTT exige cautela, dado o dever de reconhecimento dos saberes tradicionais ancestrais inerente a elas, é também por isso que o nosso diálogo vai ao encontro da educação ambiental crítica.

Verificamos a relevância de se trabalhar EA nas CTT, ainda que a educação ambiental seja uma preocupação recente na área pedagógica, e que as CTT desenvolvam seus próprios métodos e saberes de preservação do meio ambiente como um todo, dada a estrutura racista verificada, os terreiros ainda são responsabilizados por queimadas, e por poluição das águas, por exemplo.

A resignificação da EA como crítica constitui uma relação com a necessidade de distinguir uma ação pedagógica capaz de colaborar com a modificação de um contexto que, historicamente, se vê em uma séria crise social, ambiental, política e cultural. No Brasil, a EA crítica é definida “a partir de uma base que vê a educação como componente de transformação social, motivada no empoderamento dos sujeitos, no exercício da cidadania, para vencer as formas de dominação do capitalismo” (Bendinelli, 2023).

Sendo que, o ambiente de Terreiro é esse lugar, que emancipa, (re) educa e (trans) forma, é entendido por seus adeptos também como espaço de formação,

onde a relação com a educação (formal / informal) é vista como complementar e de continuidade, onde seus valores culturais, sua religião, seus saberes, são fatores determinantes para um bom desenvolvimento na prática da educação, portanto, uma metodologia crítica, que estimula questionamentos e provoque um pensar capaz de romper o engessamento que é próprio do sistema é fundamental. O que se soma para a mudança de muitos paradigmas e preconceitos, pois, contribui para a mudança da visão de mundo de quem está dentro e dos que vivem fora desses territórios.

Contudo, só se faz uma Educação Ambiental Transformadora quando não se separa o ambiental do social e do histórico, quando se reconhece a complexidade e diversidade em que vivemos. (Bendinelli, 2023)

Semear o pensar crítico pela EA nas CTT, é uma forma de se reconhecer e valorar sua complexidade, para que haja uma contribuição verdadeira com o movimento de evolução e transformação social nesses territórios, ao nosso entender, só é possível através de uma educação crítica, inclusiva, e antirracista. O que é um desafio, pois, na pirâmide social, aqueles e aquelas que estão na base sustentam o peso e a pressão das desigualdades, o que dificulta muito a mudança do contexto e da realidade que está posta.

Existe uma culpabilização do indivíduo pelos dilemas ambientais, principalmente, as classes mais pobres são responsabilizadas pela poluição, pela escassez de alguns recursos naturais, por tragédias devido à ocupação de áreas de risco, não havendo nenhuma discussão do real motivo desses problemas.(Bendinelli, 2023).

Dito isso, nos resta considerar a indicação de possíveis caminhos para uma educação ambiental crítica, antirracista e feminista que contraponha os problemas apresentados, que lhes retirem essa culpabilização, e que possam ser úteis e possíveis para as CTT e também para seu entorno.

Dentro de uma perspectiva futura para se trabalhar a EA nas CTT entendemos como ponto de partida dois eixos principais:

a) Expulsão Territorial: Incentivar as CTT a pensar as cidades, os lugares que frequentam, os locais possíveis de desenvolver suas ritualísticas, o uso das matas, das águas, das encruzilhadas, por exemplo. Todos esses locais são e deveriam ser

de uso comum do povo, qual a razão para os afrodescendentes não serem bem quistos? Por qual motivo seus terreiros estão na maioria localizados nos fundos dos quintais? Porque são indiciados e multados, e até impedidos de funcionar como se estabelecimentos comerciais fossem? A realização de atividades a partir de um trabalho de história oral, pode ser uma forma de (re) educação, que visa resgatar a história do local original das comunidades e como elas foram sendo levadas cada vez mais para regiões periféricas. Estas entrevistas podem ser assim usadas como forma de educar não apenas os frequentadores dos terreiros mas a todas as pessoas. Essa constante pressão territorial e imobiliária sobre as CTT e o quanto isto também é uma forma de racismo;

b) As Lideranças Femininas: O papel das lideranças femininas nas CTT para a educação e preservação da ancestralidade e dos saberes tradicionais é de resistência, portanto, os enfrentamentos e a luta pela preservação do corpo-território e pelo meio ambiente não podem estar isoladas de uma luta contra o machismo e contra o racismo. Ou seja, uma educação ambiental verdadeiramente transformadora precisa levar em conta recortes de gênero e raciais. É preciso pensar na transformação como um todo, e essas mulheres, que já realizam o papel de educadoras podem se valer da EA crítica e antirracista para disseminar além dos saberes tradicionais métodos de combate ao machismo e ao racismo ambiental que lhes assola.

As CTT de Florianópolis e região enfrentam a perseguição religiosa contra o Poder Público e a sociedade numa luta judicial instaurada através da **Ação Civil Pública nº 50235924520154047200**⁵, o processo versa sobre a reivindicação de CTT da capital e região metropolitana que se uniram no ano de 2015, pelo Fórum de Religiões de Matriz Africana de Florianópolis e Região para reivindicar o direito de culto e liberdade religiosa prescritos pela Constituição Federal. Na época, muitos Terreiros vinham sofrendo com a aplicação de multas, imposições de fechamento dos Terreiros, e até prisões de lideranças religiosas e dos instrumentos sagrados ao culto (tambores). O principal argumento do município era o enquadramento dos terreiros na Lei do silêncio, Lei Complementar Nº 003/99 que “dispõe sobre ruídos urbanos e proteção do bem estar e do sossego público”, contudo, a referida lei

⁵ Para acompanhar o processo, acesse https://www.jfsc.jus.br/novo_portal/home.php

equiparava as CTT a bares e similares, ou seja, dando status de estabelecimento comercial aos Terreiros. A justiça determinou a suspensão das multas e determinou que a referida lei não possa mais ser aplicada para as CTT, foi prescrita uma fundamentação teórico-legal baseada nos direitos constitucionais dos Povos e Comunidades Tradicionais. (Grifo nosso).

É nessa ordem, e pelas práticas de um EA crítica, antirracista e feminista, baseada num “componente de transformação social” (Bendinelli, 2023), que podederá se proporcionar aos sujeitos estrutura material e emocional para o confronto com o racismo, seja qual for sua modalidade.

O racismo, o racismo ambiental, e o racismo religioso perpassa a realidade dos afroreligiosos em seu foro íntimo e no coletivo, o que adocece e mata. O compromisso com a mudança dessa realidade é de todas as pessoas, é social, religioso, e político.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa aqui realizada indica caminhos que possam ser traçados para e com essas comunidades, que possam repensar nos territórios que estão inseridas uma EA que abranja suas práticas religiosas e lhes dê instrumentos para o combate aos racismos que as acometem.

Vimos no decorrer da pesquisa o quanto o racismo e suas formas são capazes de afetar o desenvolvimento e a vida das CTT e de seus adeptos, dentro e fora do território. A modalidade cultural do racismo, no que tange a religião de matriz africana, simula uma aceitação das práticas, contudo, restringe o uso dos espaços públicos, afetando diretamente o modo de ser e de se desenvolver dessas populações. O que também acontece pela prática da expropriação dos afro-religiosos dos territórios que originalmente foram ocupados por eles, são consequências do racismo que se dissolve numa política de exclusão social e de morte dos saberes originários e tradicionais.

Em contrapartida, existe a dedicação e o trabalho de mulheres que se doam para proteção das tradições, da cultura, da língua, dos rituais, e pela preservação do modo de ser e de viver das CTT. O papel das lalorixás é sobretudo defender suas comunidades, colaborar para a transformação dos seres que ali convivem e

preservar os segredos e saberes ancestrais, logo, para isso, tem a educação como aliada. Quando essa educação é capaz de fornecer novas estratégias para a proteção e melhoria da qualidade de vida e sustentabilidade das comunidades, o que entendemos ser possível pela EA crítica, antirracista e feminista, vemos o interesse delas e a esperança pelo resgate de uma mentalidade coletiva comprometida com a natureza, com todas as pessoas e com a preservação dos saberes tradicionais ancestrais.

Na perspectiva da EA crítica, antirracista e feminista, temos condições de aprofundar o olhar para os problemas sociais que atingem as CTT, acreditamos que através dos relatos trazidos pelas lideranças existem elementos suficientes para se pensar estratégias para a defesa, cuidado e preservação do corpo-território das CTT através dessa EA.

Se pretende a retomada do trabalho com as CTT das regiões metropolitanas de Florianópolis e Porto Alegre que contribuíram com essa primeira experiência, com a ideia de intervenções através dos eixos de abordagem, *expulsão territorial e liderança feminina nos terreiros*, sendo o caminho a nos orientar pelas encruzilhadas da EA.

BIBLIOGRAFIA

AMBIENTAL, AMBIENTAL MESTRADO EM EDUCAÇÃO; CAMARGO, TANIA GARCIA. **O CULTO JEJE-NAGÔ E AS DIMENSÕES EDUCATIVAS AMBIENTAIS DOS MITOS YORUBAS (ORIXÁS)**. ANICETO, Antonio Carlos Venancio; SCOZ, Tatiane Melissa. Religiões afro-brasileiras e Educação Ambiental: análises sobre resíduos sólidos urbanos em oferendas a Iemanjá em Tramandaí (RS). **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, v. 17, n. 2, p. 546-566, 2022.

Barbosa Júnior, Ademir. **Saravá Iansã** / Ademir Barbosa Júnior (Dermes). São Paulo: Anubis, 2014.

Barbosa Júnior, Ademir. **Saravá Xangô** / Ademir Barbosa Júnior (Dermes). São Paulo: Anubis, 2014.

BENDINELLI, Patricia Vidigal; INGLEZ, Ítalo Severo Sans; MOREIRA, Ana Lucia Olivo Rosas. Pedagogia Histórico-Crítica e sua proposta metodológica na educação ambiental crítica. **Ensino e Tecnologia em Revista**, v. 7, n. 2, p. 637-650, 2023.

BENDINELLI, Patricia Vidigal; INGLEZ, Ítalo Severo Sans; MOREIRA, Ana Lucia Olivo Rosas. Pedagogia Histórico-Crítica e sua proposta metodológica na educação ambiental crítica. **Ensino e Tecnologia em Revista**, v. 7, n. 2, p. 637-650, 2023.

BRASIL. Em Questão: Evidências para políticas públicas. Número 8, setembro de 2021. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em:

<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/4942-emquestao8atlas.pdf>

CAPUTO, Stela Guedes; DI CARLANTONIO, Elaine. O Racismo Machuca o Corpo, a Cabeça, a Brincadeira. O Terreiro Cuida Do Machucado Que o Racismo Faz. **APRENDER-Caderno de Filosofia e Psicologia da Educação**, n. 29, p. 95-104, 2023.

CARNEIRO, Aparecida Sueli; FISCHMANN, Roseli. A construção do outro como não-ser como fundamento do ser. 2005.

CHAVES, Kena Azevedo. **Corpo-território, reprodução social e cosmopolítica: reflexões a partir das lutas das mulheres indígenas no Brasil**. Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, v. 25, n. 4, 2021.

CHAVES, Kena Azevedo. Corpo-território, reprodução social e cosmopolítica: reflexões a partir das lutas das mulheres indígenas no Brasil. **Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, v. 25, n. 4, 2021.

CIRQUEIRA, Diogo Marçal. Entre o corpo e a teoria: a questão étnicoracial na obra e trajetória socioespacial de Milton Santos. 2010. CUNHA, Janine Maria Viegas. Poder e política sob o ponto de vista das mulheres de terreiro no Rio Grande do Sul. 2020.

DA COSTA, Lara Moutinho. Territorialidade e racismo ambiental: elementos para se pensar a educação ambiental crítica em unidades de conservação. **Pesquisa em Educação Ambiental**, v. 6, n. 1, p. 101-122, 2011.

DA SILVA SIMONI, Rosinalda Côrrea. Ancestralidade feminina: da essência do sagrado aos movimentos feministas, mulheres negras e representatividade. **Revista Fragmentos de Cultura-Revista Interdisciplinar de Ciências Humanas**, v. 29, n. 2, p. 293-300, 2019.

DAVID, Ricardo Santos. SEM FOLHA NÃO HÁ ORIXÁ: APROXIMAÇÕES ENTRE A

UMBANDA E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, v. 12, n. 34, p. 127-140, 2022.

DE ALMEIDA, Adriani Lameira Theophilo. PERSPECTIVAS GEOGRÁFICAS DO RACISMO RELIGIOSO.

DE BIAZI, Adriana Aparecida Belino Padilha; PADILHA, Jandaíra Belino. Corpo território: O conhecimento ancestral resistindo ao tempo, a história e a memória da mulher Kaingang, 2021.

DE CASTRO, CAMILA MACHADO RAMOS et al. Entendendo a cidade a partir das narrativas e singularidades dos/as terreiros/as. 2019. DE FARIAS, André Brayner. Racismo e necropolítica: variações para uma biopolítica pós-colonial. **Revista Opinião Filosófica**, v. 12, n. 2, p. 1-20, 2021.

DE OLIVEIRA, Denilson Araújo. Existências Desumanizadas pela Colonialidade do Poder: Necropolítica e Antinegitude Brasileira. **GEOgraphia**, v. 24, n. 53, 2022.

DE SB, JAQUELINE; SALVADOR, FRANCELLE F. **Meu terreiro de candomblé, minha casa, meu quintal: saberes ancestrais e agroecologia**. Cadernos Macambira, v. 4, n. 2, p. 74-78, 2019. DE SOUZA SOUZA, Eliane Almeida et al. POR UMA PEDAGOGIA COSMOCENA PARA OS POVOS DE TERREIROS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL/BRASIL. **Geografia: Ambiente, Educação e Sociedades**, v. 2, n. 1, p. 137-152, 2019.

DO SANTOS, Rita Silvana Santana; DA SILVA GOMES, Verônica Maria. Educação ambiental, saberes e identidades em contextos curriculares formação docente Educación ambiental, saberes y identidades en contextos curriculares de formación docente Environmental education, knowledge and identities in curricular contexts teacher training. **REMEA-Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 35, n. 3, p. 314-331, 2018.

DOS SANTOS, Jaqueline Sant'Anna Martins. "MULHERES DE SANTO": GÊNERO E LIDERANÇA FEMININA NO CANDOMBLÉ. **Nganhu-Revista NeabiCp2 e Geparrei**, v. 1, n. 1, 2018.

DOS SANTOS, Majin Bootte Silva. A necropolítica para territórios quilombolas: o racismo como tecnologia de organização do espaço. **Revista Ñanduty**, v. 10, n. 16, p. 95-113, 2022.

DOS SANTOS, Rita Silvana Santana. Diálogos: Educação Ambiental e Educação Antirracista no contexto da formação docente. **Revista Eixo**, v. 6, n. 2, p. 8-15, 2017.

EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação. Prefeitura de Salvador. Nota de pesar: Makota Valdina, ativista na luta contra o racismo e a intolerância religiosa. Disponível em:

<http://educacao3.salvador.ba.gov.br/nota-de-pesar-makota-valdina-ativista-na-luta-contr-o-racismo-e-a-intolerancia-religiosa/>

EM SITUAÇÃO, Comunidades Tradicionais. **Direitos Territoriais de Povos e Comunidades Tradicionais em Situação de Conflitos Socioambientais. 2015.**

FERNANDES, Alexandre de Oliveira; MOTA, Manoel Santos; NASCIMENTO, Rosangela Fonseca do. A ritualística do culto aos orixás: caminhos para uma outra consciência ambiental. **SEMOC-Semana de Mobilização Científica-Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**

FERNANDES, Nathália Vince Esgalha. Racismo Estrutural e Religioso Contra Povos

e Comunidades Tradicionais de Terreiro Durante a Pandemia do COVID-19. **Revista Calundu**, v. 6, n. 2, p. 18-18, 2022. FERREIRA, Camila. **Povos e comunidades de terreiro e as políticas públicas para o desenvolvimento sustentável. 2017.**

FERREIRA, Martha Rodrigues; DOS SANTOS, Marceli Teixeira; ALFONSO, Louise Prado. TERRITÓRIOS DE PELOTAS. **PIXO-Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade**, v. 6, n. 22, p. 514-525, 2022.

FRATESCHI, Yara. O UNIVERSALISMO DE SUELI CARNEIRO. **Revista Dissertatio de Filosofia**, p. 5-24, 2023.

GUIMARÃES, Mauro. A formação de educadores ambientais. 2004. GUIMARÃES, Mauro. Educação ambiental crítica. **Identidades da educação ambiental brasileira. Brasília: Ministério do Meio Ambiente**, p. 25-34, 2004.

JARDIM, Hélen de Oliveira Soares; DA SILVA VOSS, Dulce Mari. Patrimônio negro umbandista dos pampas: decolonialidade e educação antirracista. **RELACult-Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, v. 7, n. 3, 2021.

JARDIM, Hélen de Oliveira Soares. Vozes de Mulheres negras na Umbanda: a educação nos terreiros e comunidades afro-brasileiras na cidade de Bagé (RS). 2022.

KRENAK, Ailton. **Pensando com a cabeça na Terra**. Anais da ReACT-Reunião de Antropologia da Ciência e Tecnologia , v. 3, 2017. LUSSAC, Ricardo Martins Porto; TUBINO, Manoel José Gomes. **Capoeira: a história e trajetória de um patrimônio cultural do Brasil**. Revista da Educação Física/UEM, v. 20, n. 1, p. 7-16, 2009. MACEDO, Bárbara Macieira Ribeiro. Necropolítica alimentar no Brasil: controle e extermínio da população negra pós-abolição. 2021. MANOEL, Mirella Vicente. Liberdade religiosa e liberdade de culto no Brasil: o direito das religiões de matriz africana manifestar sua fé. 2022. MARIOSIA, Gilmaria Santos; PINHEIRO, Geise Pinto; MAYORGA, Claudia. Mulheres negras em contexto religioso: entre resistência e/ou subordinações. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 11, n. 28, p. 153-174, 2019.

MOTA, Emília Guimarães. Diálogos sobre religiões de matrizes africanas: Racismo Religioso e História. **Revista Calundu**, v. 2, n. 1, 2018. MOURA, Beatriz Martins. "Aqui a gente tem folha": terreiros de religião de matriz africana como espaços de articulação de saberes. 2017.

ORO, Ari Pedro. O atual campo afro-religioso gaúcho. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 12, p. 556-565, 2012.

PIEPER, Frederico; MENDES, Danilo. Religião e necropolítica. **Religião em tempos de cRise**, p. 11, 2020.

PINHEIRO, Barbara Carine Soares; NZINGA, Alessandra; SANCHEZ, Celso. Patrimônio (i) material e cultura afro-brasileira: aportes das lutas antirracistas à educação ambiental crítica. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 12, n. 32, p. 209-230, 2020.

RECH, Tiago Bassani. Casas da religião de matriz africana em Porto Alegre: territorialidades étnicas e/ou culturais a partir da antiga colônia africana. 2012.

REIGOTA, Marcos Antonio dos Santos. Cidadania e educação ambiental. **Psicologia & Sociedade**, v. 20, p. 61-69, 2008.

REIGOTA, Marcos. Educação Ambiental brasileira: a contribuição da nova geração

de pesquisadores e pesquisadoras. **Revista Interações**, v. 5, n. 11, 2009.

REIGOTA, Marcos. Fundamentos teóricos para a realização da educação ambiental popular. **Em Aberto**, v. 10, n. 49, 1991.

REIGOTA, Marcos. O estado da arte da pesquisa em educação ambiental no Brasil. **Pesquisa em educação ambiental**, v. 2, n. 1, p. 33-66, 2007. RUFINO, Bianca; CRISPIM, Cristina. Breve resgate histórico da Educação Ambiental no Brasil e no mundo. In: **VI Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental Porto Alegre/RS–23a** . 2015.

RUFINO, Luiz; DE MIRANDA, Marina Santos. Racismo religioso. **Problemata: Revista Internacional de Filosofia**, v. 10, n. 2, p. 229-242, 2019.

SANTOS, Beatriz Ricarte; MACHADO, Adilbênia Freire. Trajetórias política e religiosa de mulheres de terreiro. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 20, n. 225, p. 72-81, 2020.

SAQUET, Marcos Aurélio; DA SILVA, Sueli Santos. Milton Santos: **concepções de geografia, espaço e território**. **Geo Uerj** , v. 18, **pág. 24-42, 2008**.

SILVA, Martiniano José de. Quilombos Do Brasil Central: Séculos XVIII e XIX (1719-1888). **Introdução Ao Estudo Da Escravidão. Dissertação de Mestrado. UFG, Goiânia/GO**, 1998.

SILVA, Rosemere Ferreira da. Trajetórias de dois intelectuais negros brasileiros: Abdias Nascimento e Milton Santos. 2010.

SOUZA, Maria das Graças Gomes de. Histórico da educação ambiental no Brasil. 2011.

Tacques, Ivoni Aguiar. **Orixás do Batuque: os adjuntos, animais e curiosidades** / Ivoni Aguiar Tacques - Porto Alegre: Artha, 2012. TOURINHO, Erika Ferreira. **A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NOS TERREIROS: Uma prática para o favorecimento da saúde e para o fortalecimento da cultura africana nos centros umbandísticos de Imperatriz MA**. 2013.